



Governo destina R\$ 547 milhões para ressarcir beneficiários do INSS

Governo prepara distribuição de R\$ 13 bilhões de lucro do FGTS

Página 4

Dívidas com agências reguladoras disparam, e balcão único de negociação fracassa

Página 4

Previsão do Tempo

Quarta: Sol com algumas nuvens durante o dia. A noite o céu fica com muitas nuvens, mas não chove.



Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

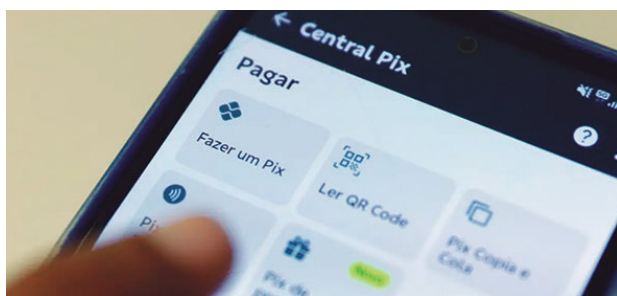
Comercial
Compra: 5,07
Venda: 5,07

Turismo
Compra: 5,10
Venda: 5,28

EURO

Compra: 5,78
Venda: 5,78

Modelo do Pix desafia controle financeiro dos EUA sobre o Brasil



Página 3

O governo federal autorizou repasse de R\$ 547 milhões para ressarcir beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vítimas de descontos indevidos. A medida está publicada na edição da terça-feira (21) do Diário Oficial da União.

De acordo com o texto, o crédito extraordinário será destinado ao programa Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania e serão executados pelo INSS.

O objetivo é garantir o reembolso de valores descontados de forma irregular de beneficiários do Regime Geral de Previdência Soci-

al. Os recursos integram o orçamento da própria seguridade social.

Crédito extraordinário
O crédito extraordinário é um instrumento previsto na Constituição Federal para atender despesas urgentes e imprevisíveis. Nesses casos, os recursos podem ser liberados por medida provisória, com efeito imediato, antes da análise pelo Congresso Nacional.

A Medida Provisória nº 1.378 será encaminhada ao Congresso, que deverá apreciar o texto para conversão em lei. (Agência Brasil)

São Paulo recomenda vacinação após registro de 13 casos de sarampo neste ano

Página 2

Governo Lula define regras para trabalho em feriados no comércio

Página 3

Prouni 2026/2: prazo para confirmar informações termina na sexta

Página 6

Esporte

Vitória Sena volta ao Ibirapuera, onde começou no atletismo, para a disputa do Troféu Brasil

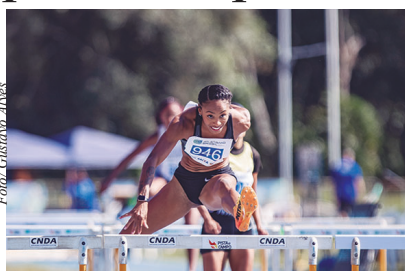
Recordista brasileira dos 100 metros com barreiras, Vitória Sena (Praia Clube-Exército-CEMIG-Futel-MG) disputará seu primeiro Troféu Brasil Interclubes Loterias Caixa no lugar onde foi apresentada ao atletismo, o estádio Icaro de Castro Mello. A pista do Ibirapuera – como é mais conhecida – recebe a 45ª edição do principal campeonato de clubes de atletismo da América Latina de quinta-feira a domingo (23 a 26/7), em oito etapas (duas por dia).

“Estou muito feliz de estar de volta ao Ibirapuera, a pista me traz muitas memórias e lembranças boas. Minhas expectativas são as melhores”, disse a barreiraista de 28 anos, que voltará a um Ibirapuera completamente renovado, com pista de nove raias e certificação Classe 1 da World Athletics.

Vitória teve o primeiro contato com uma pista de atletismo, justamente no Ibirapuera, com apenas 7 anos. “Minha mãe, Celine, me levou, junto com a minha irmã, Bárbara. Eu tinha 7 anos e ela, 9. Iamos para brincar em um projeto para crianças que funcionava na pista.”

Aos 14 anos, quando treinava basquete no Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa, Vitória voltou ao Ibirapuera, que tinha passado por uma reforma. Novamente a incentivadora foi a mãe, Celine, que começou a fazer atividades físicas para adultos na pista, em um trabalho para o público em geral no qual trabalhava o técnico Neilton Moura. “O Nei falou para a minha mãe: ‘traz ela de novo para brincar’.” Vitória deixou o basquete e optou pelo atletismo.

Retorno ao Ibirapuera, agora como recordista, é mais um ca-



Vitória Sena quer competir bem no Ibirapuera

pítulo especial de um ano memorável para Vitória. A barreiraista treinada por Katsuhiko Nakaya bateu o recorde nacional da prova três vezes em 2026.

Vitória, que começou a temporada com o tempo de 12.95 (de 2021) como seu recorde pessoal,

Maggi, de 2001.

Desde então, a atleta paulistana fez 12.68 (1.1) na semifinal do Campeonato Ibero-Americano de Lima, em 30 de maio, e 12.57 (1.5) no Meeting Internacional Montgeron-Essonne, na França, em 19 de junho, atual 20º tempo do ranking mundial de 2026. Na temporada, sagrou-se campeã ibero-americana pela primeira vez e também venceu o Campeonato Pan-Americano, cuja primeira edição foi realizada no fim de junho, em Medellín (Colômbia).

Para o Troféu Brasil, Vitória espera manter a boa sequência de resultados, em busca de seu primeiro título nacional. “A minha expectativa continua a mesma: é continuar mantendo a média das minhas marcas, chegar bem pra competir e fazer uma boa competição. Espero que seja uma boa disputa e meu objetivo é compe-

tir bem.”

A disputa dos 100 metros com barreiras está programada para a sexta-feira à tarde (24), com a disputa da semifinal por tempo às 13h35. A final está marcada para as 15h10.

Para acompanhar o Troféu Brasil ao vivo, a entrada é gratuita, mas é preciso retirar os ingressos no site TicketSports. A disputa será transmitida na TV fechada, pelo SporTV, e no YouTube, pela Time Brasil TV, do Comitê Olímpico do Brasil na quinta, sexta e sábado à tarde (23 a 25/7) e domingo pela manhã (26).

A TV Atletismo Brasil, canal do YouTube da CBAI, transmitirá ao vivo as etapas da manhã de quinta, sexta e sábado (23 a 25/7), e da tarde do domingo (26). As Loterias Caixa e a Caixa são patrocinadoras máster do Atletismo Brasil.

Bradesco Stock Pro Series chega à metade da temporada com etapa no Velocitta

Nos dias 25 e 26 de julho, a Bradesco Stock Pro Series chega à metade da temporada 2026 realizando a sexta etapa do campeonato no Autódromo Velocitta, em Mogi Guaçu, no interior de São Paulo. Após passar por Curvelo (MG), Cascavel (PR), Interlagos (SP), Goiânia (GO) e Cuiabá (MT), cruzando cinco estados, a principal categoria do automobilismo brasileiro inicia a segunda metade da temporada com o mesmo líder desde a abertura do campeonato: o atual campeão Felipe Fraga (Mitsubishi Eclipse Cross).

Na etapa passada, disputada em Cuiabá, Felipe Baptista (Mitsubishi Eclipse Cross) e Nelson Piquet Jr. (Chevrolet Tracker) dividiram as vitórias do fim de semana. Já o líder Felipe Fraga somou pontos importantes e ampliou para 76 pontos a vantagem sobre o vice-líder Gabriel Casagrande (Chevrolet Tracker). Fraga soma 499 pontos, contra 423 de Casagrande.

O Velocitta é um dos circuitos mais modernos do calendário da Bradesco Stock Pro Series. Com um traçado de 3.443 metros, distribuídos em 12 curvas no sentido anti-horário, o autó-

dromo já recebeu 34 corridas da categoria. A última visita ao circuito aconteceu em outubro de 2025 e teve como vencedores Arthur Leist e Rafael Suzuki. No histórico da pista, Thiago Camilo e Ricardo Zonta dividem o posto de maiores vencedores, com três triunfos cada.

Chegando à metade da temporada, a Bradesco Stock Pro Series apresenta números bastante equilibrados. Três pilotos dividem a liderança em número de vitórias: Felipe Fraga, Guilherme Salas e Nelson Piquet Jr., com duas conquistas cada. Enzo Elias, Léo Reis, Felipe Baptista e

Gaetano Di Mauro venceram uma corrida cada.

Na briga pela pole em 2026, Gaetano Di Mauro lidera a estatística. O piloto da Eurofarma RC conquistou três poles em 2026, contra uma de Guilherme Salas e outra de Nelsinho Piquet.

Felipe Fraga também é o piloto que mais subiu ao pódio na temporada, com quatro presenças entre os três primeiros. Di Mauro e Piquet aparecem logo atrás, com três pódios cada.

Entre as equipes, a Eurofarma RC lidera o campeonato com 1.120 pontos e aparece na frente das principais estatísticas da

temporada: três vitórias, três poles, sete pódios e quatro melhores voltas.

Entre as montadoras, Mitsubishi e Chevrolet protagonizam uma disputa equilibrada pela liderança. A marca japonesa soma 1.136 pontos, seis a mais que a fabricante norte-americana, que soma 1.130. Nos números da temporada, a Mitsubishi acumula quatro vitórias, três poles e 11 pódios, enquanto a Chevrolet também venceu quatro corridas, conquistou duas poles e soma 16 pódios.

A Toyota, terceira fabricante presente na Bradesco Stock

Pro Series, contabiliza 911 pontos, além de duas vitórias e cinco pódios.

A Band transmitirá, ao vivo, as duas provas da Bradesco Stock Pro Series, no sábado às 13h25 e no domingo, 12h. Além da TV aberta, o canal por assinatura BandSports também exibirá tanto a corrida sprint, quanto a principal, no domingo. No YouTube, o canal Stock Car Channel transmite as provas e a classificação, marcada para sábado, às 8h00. O Terra também exibe as corridas e a sessão classificatória.

SP recomenda vacinação após registro de 13 casos de sarampo neste ano

A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP) recomenda a vacinação contra o sarampo após a confirmação de 13 casos da doença no estado em 2026. A imunização é a principal forma de prevenção e é essencial para interromper a circulação do vírus e proteger a população, destaca o Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE).

Os casos confirmados neste ano envolvem bebês de até 1 ano e adultos entre 20 e 50 anos, reforçando que o sarampo pode atingir diferentes faixas etárias e evidenciando a importância de manter a vacinação em dia.

Desde junho, a SES-SP recomenda a aplicação da dose zero da vacina tríplice viral para be-

bês de 6 meses a 11 meses e 29 dias residentes nos municípios de São Paulo, Guarulhos e São Bernardo do Campo, como medida adicional de proteção diante do cenário epidemiológico.

Com o aumento dos casos, a vacinação continua sendo a forma mais segura e eficaz de prevenir o sarampo. É fundamental que pais e responsáveis verifiquem a caderneta de vacinação das crianças e que adolescentes e adultos procurem uma unidade de saúde para atualizar o esquema vacinal sempre que necessário.

A Secretaria reforça que a dose zero não substitui as doses previstas no Calendário Nacional de Vacinação. Após recebê-la, a criança deve seguir normalmen-



Adultos que não tenham recebido as doses indicadas devem procurar a unidade de saúde mais próxima.

te o esquema vacinal de rotina, com a primeira dose da vacina tríplice viral aos 12 meses e a segunda, preferencialmente com a vacina tetraviral, aos 15 meses.

Além dos bebês contempla-

dos pela recomendação da dose zero, crianças, adolescentes e adultos que não tenham recebido as doses indicadas devem procurar a unidade de saúde mais próxima para verificar a situação

vacinal e atualizar a caderneta.

Quem deve se vacinar

Dose zero

Devem receber a dose zero da vacina tríplice viral crianças de 6 meses a 11 meses e 29 dias residentes nos municípios de São Paulo, Guarulhos e São Bernardo do Campo.

A dose também poderá ser indicada em ações de bloqueio vacinal, conforme avaliação epidemiológica, para crianças dessa faixa etária que tenham tido contato com casos suspeitos ou confirmados de sarampo.

Vacinação de rotina

Crianças

12 meses: primeira dose da vacina tríplice viral (sarampo, caxumba e rubéola).

15 meses: segunda dose, pre-

ferencialmente com a vacina tetraviral (sarampo, caxumba, rubéola e varicela).

Pessoas de 5 a 29 anos Devem comprovar duas doses da vacina tríplice viral, com intervalo mínimo de 30 dias entre elas.

Pessoas de 30 a 59 anos Devem comprovar uma dose da vacina tríplice viral.

Trabalhadores da saúde Devem comprovar duas doses da vacina tríplice viral, independentemente da idade.

O Governo de São Paulo disponibiliza o portal https://www.vacinal00duvidas.sp.gov.br/, que reúne respostas às principais perguntas da população sobre vacinação, eficácia dos imunizantes, eventos adversos, doenças imunopreveníveis e riscos da não vacinação. (Governo de SP)

CESAR NETO
www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Das 55 cadeiras para vereadores(as), inclusive que concorrem em 2026 pra deputados(as) na ALESP ou Câmara Deputados(as) ou Senado (ambos por SP), quais políticos(as) e partidos honraram seus votos ?

PREFEITURA (São Paulo)

Dos(as) que estavam no Secretariado do prefeito Ricardo Nunes e concorrem em 2026 pra deputados(as) na ALESP ou Câmara Deputados(as) ou Senado (ambos por SP), quais políticos(as) e partidos honraram seus votos ?

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Das 94 cadeiras pra deputados(as) estaduais na ALESP, inclusive dos(as) que concorrem pra Câmara Deputados ou Senado (ambos por SP), quais políticos(as) e partidos honraram seus votos ?

GOVERNO (São Paulo)

Dos(as) que estavam no Secretariado do governador Tarcísio [candidato à reeleição 2026] e concorrem pela reeleição à ALESP ou Câmara Deputados(as) ou Senado (ambos por SP), quais políticos(as) e partidos honraram seus votos ?

CONGRESSO (Brasil)

Das 70 cadeiras pra deputados(as) federais e 2 senadores / 1 senadora (ambos por SP), inclusive os(as) que concorrem por reeleição ou pra outros cargos em 2026, quais políticos(as) e partidos honraram seus votos ?

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Dos(as) políticos(as) que estavam em ministérios do presidente Lula e vice Alckmin [estão candidatos às reeleições] e concorrem por reeleição ou outros cargos em 2026, quais políticos(as) e partidos honraram seus votos ?

PARTIDOS (Brasil)

Das atuais 30 legendas, vários(as) dirigentes [donos/as e sócios/as preferenciais] que não concorrem nas urnas ... votam internamente na manutenção de seus poderes nas convenções. Quais honraram seus votos nas legendas ?

ANO 34

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Desde 1993 na imprensa (Brasil), nossa coluna diária de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Mas o fruto do Espírito é: amor, gozo, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fé, mansidão, temperança. Contra essas coisas não há lei" Gálatas 5:22-23

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00

Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress

Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

São Paulo concentra maior parte do eleitorado do país com 21,48% dos votantes

Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgados nesta semana revelam que o estado de São Paulo tem 34.104.226 eleitoras e eleitores aptos a votar nas eleições 2026, o que corresponde a maior parte do eleitorado do país - 159.745.463 eleitores. O estado concentra 21,48% de quem vota.

A capital paulista apresenta a maior parte do eleitorado, com 9.135.407 votantes (26,7%), seguido de Guarulhos, com 948.410 eleitores, e de Campinas, com 870.672.

A maioria do eleitorado é composto por mulheres, 18,1 milhões de eleitoras, 53% do total. Os homens correspondem a 47% do eleitorado, com 15,9 milhões.

Em relação à faixa etária, a maior parte dos votantes tem de 40 a 44 anos (3,48 milhões). Em seguida aparece a faixa etária entre 45 e 49 anos (3,38 milhões) e, em terceiro lugar estão os que têm de 35 a 39 anos (3,23 milhões).

Há outros 8,5 milhões de eleitores acima dos 60 anos, sendo que, desses, 45,72% têm 70 anos ou mais. Os eleitores menores de

18 anos somam 180.229 pessoas. Entre os jovens, apenas poderão votar aqueles que tenham completado 16 anos antes da data do primeiro turno (4 de outubro).

Do total de eleitores do estado, 87,08% estão sujeitos ao voto obrigatório, o equivalente a 29.698.450 eleitoras e eleitores. Já 12,92% (4.405.776) têm voto facultativo.

Quanto ao nível de escolaridade, o ensino médio completo constitui o grupo mais expressivo entre os eleitores de São Paulo, que abrange 33,45% do contingente. Em seguida, estão os que têm ensino fundamental incompleto (17,53%) e ensino médio incompleto (16,67%). O total de eleitores que concluíram o ensino superior chega a 5.133.353 pessoas, representando 15,05% da base eleitoral.

O levantamento da Justiça Eleitoral aponta ainda que 2,85% do público apto a votar declarou apenas saber ler e escrever. Por fim, as pessoas analfabetas correspondem a 1,68% do eleitorado no estado, perfazendo um total de 574.211 votantes.

Prefeitura autoriza concurso público para 4,5 mil profissionais da educação

O prefeito Ricardo Nunes assinou na tarde da segunda-feira (20) a autorização para a abertura de concurso público para a contratação de 4,5 mil novos profissionais da educação. No total, serão contratados 1.500 professores para o Ensino Fundamental II e Médio e 3 mil professores para Educação Infantil e Ensino Fundamental I.

A autorização do concurso foi assinada no mesmo dia em que o

prefeito entregou a nova Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Antônio Ernirio de Moraes, na Zona Leste da cidade, marcando também o retorno às aulas na rede municipal de ensino.

"Chegamos a mais de 17 mil profissionais da educação em concurso público desde 2021. Agora, estamos fazendo a abertura de mais dois concursos importantes", ressaltou o prefeito Ricardo Nunes.

O concurso deverá contar com prova prática, avaliação psicológica e curso de formação de seis meses. "Se preparem para trabalhar e colaborar com o sistema de educação da cidade de São Paulo", acrescentou o prefeito Ricardo Nunes.

A Rede Municipal de Educação da capital conta atualmente com mais de 160 mil profissionais, incluindo 112 mil professores, que atuam em mais de 4 mil

unidades educacionais distribuídas por toda a cidade.

Em junho, o prefeito já tinha autorizado a nomeação de 1.139 candidatos aprovados em concurso público para os cargos de professor de educação infantil e auxiliar técnico de educação. Em abril, a Prefeitura também havia autorizado a convocação de outros 184 candidatos aprovados para o cargo de auxiliar técnico de educação. (Prefeitura de SP)

Entenda as modalidades disponíveis para compra de imóveis em SP

Moradores de menor renda do estado de São Paulo podem ter acesso para compra da casa própria com o programa Casa Paulista, que engloba a concessão de cartas de crédito, a venda de imóveis a preço social e a produção direta de moradias pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU).

Para participar, o interessado deve atender a alguns requisitos específicos. Abaixo, entenda como funciona cada modalidade e o que é exigido de cada uma delas:

A modalidade disponibiliza Cartas de Crédito Imobiliário (CCI), que oferecem subsídios a fundo a famílias que recebem até três salários mínimos. O valor, que varia de R\$10 mil a R\$16 mil, a depender da localização do empreendimento, é concedido aos beneficiários para aquisição do primeiro imóvel direto com incorporadoras e construtoras, em empreendimentos autorizados pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH), no âmbito dos financiamentos Caixa-FGTS. O subsídio pode ser utilizado para dar entrada no financiamento ou, ainda, reduzir o valor das parcelas mensais.

Os interessados devem pro-

curar um dos empreendimentos cadastrados para verificar a disponibilidade de unidades e realizar a simulação de financiamento com um funcionário ou representante da Caixa Econômica Federal, caso atendam aos requisitos, que incluem não ter imóvel, não ter financiamento imobiliário ativo e não ter sido beneficiado anteriormente por outro programa habitacional.

Essa modalidade não envolve sorteios e está aberta a todos que cumpram os critérios exigidos, permitindo que os interessados escolham o imóvel entre os empreendimentos cadastrados na SDUH.

A relação de empreendimentos cadastrados está disponível no site da SDUH.

Nesta modalidade, unidades habitacionais de construtoras são destinadas à venda a preço social, com valor reduzido em relação ao mercado, para famílias que ganham até três salários mínimos. Os beneficiários desta modalidade também recebem Cartas de Crédito Imobiliário (CCI) e contam com financiamento da Caixa Econômica Federal.

Os interessados devem se inscrever no site da modalidade

e serão selecionados por meio de sorteio público, com cotas específicas para moradores de áreas de risco e famílias que recebem auxílio-aluguel municipal. As inscrições, assim que abertas, são amplamente divulgadas nos meios oficiais de comunicação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

Ainda há a produção habitacional direta realizada pela CDHU para atender famílias de menor renda que residem nos municípios paulistas. A aquisição destas unidades acontece por meio de sorteios públicos.

As famílias que desejam participar da seleção devem ter renda mensal de 1 a 10 salários mínimos, não ter financiamento imobiliário ativo e nem ter participado de outros programas de atendimento habitacional. Além disso, também precisam comprovar residência ou vínculo de trabalho de, no mínimo, cinco anos no município em que pretende disputar uma das unidades.

As famílias sorteadas ainda passam pelo processo de habilitação final, sendo convocadas para apresentar a documentação que comprove os requisitos. Quem não conseguir comprovar

é substituído por suplentes, conforme a ordem do próprio sorteio.

O financiamento dos imóveis segue as diretrizes da nova Política Habitacional do Estado de São Paulo, com juro zero para famílias com renda mensal de até cinco salários mínimos.

As prestações são calculadas conforme a renda familiar, com duas possibilidades: comprometimento de 20% dos rendimentos com parcelas corrigidas apenas pela inflação (calculada pelo IPCA); ou comprometimento de 30% da renda familiar com parcelas fixas, sem qualquer tipo de reajuste durante todo o prazo do financiamento.

A inscrição é feita exclusivamente pela internet, no portal de inscrições da CDHU. No site, o candidato escolhe o município, lê o edital correspondente e preenche o cadastro com seus dados.

Cada edital traz as regras específicas do empreendimento, número de unidades, tipologia e os critérios de pontuação. Por isso, a CDHU recomenda que o candidato leia o documento da cidade em que pretende concorrer antes de finalizar o cadastro. (Governo de SP)

Modelo do Pix desafia controle financeiro dos EUA sobre o Brasil

O Pix brasileiro virou um dos alvos do governo dos Estados Unidos (EUA), entre outros motivos, por desafiar o controle financeiro de Washington sobre a infraestrutura brasileira de pagamentos eletrônicos. A avaliação é de especialistas em economia e relações internacionais consultados pela Agência Brasil.

A razão do governo de Donald Trump para incluir o Pix entre as justificativas para o tarifaço de 25% seria, em primeiro lugar, geopolítica, e não estritamente econômica motivada pela concorrência com empresas dos EUA como Visa, MasterCard ou WhatsApp Pay.

O professor de economia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) Maicon Cláudio da Silva destaca que o ataque ao Pix tem relação direta com a perda de poder e controle dos EUA sobre o sistema financeiro do Brasil.

“Esse tipo de medida deixa evidente que os EUA não querem perder esse poder, que eles têm hoje sobre o sistema financeiro da boa parte do mundo. Não à toa, a China não usa Visa e Mastercard. Ela tem sistemas próprios, e isso tem a ver com uma maior soberania e autonomia desse país”, disse.

Silva lembrou que o Pix aumentou a bancarização da população brasileira, trazendo ganhos econômicos também para as em-

presas dos EUA.

“Movimentos econômicos que antes ocorriam só no dinheiro passaram a ocorrer via sistema financeiro, através do Pix. Isso facilita o acesso das pessoas a contas bancárias e, eventualmente, também a cartão de crédito”, explicou.

Em 2025, os cartões movimentaram R\$ 4,5 trilhões na esteira da expansão do Pix. Um crescimento de 10,1%, segundo dados da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abces).

Como os EUA têm superávit comercial com o Brasil, o tarifaço tende a prejudicar mais as empresas americanas, observou o professor da UFRRJ. Nesse contexto, os interesses econômicos imediatos são deixados de lado.

“Do ponto de vista imediato, essas taxas acabam prejudicando mais os EUA. Por isso, essa é uma política econômica internacional focada em exercer poder por meio das sanções e tarifas de maneira a pressionar os países a se submeterem aos EUA”, finalizou.

O professor de geopolítica da Escola Superior de Guerra (ESG) Ronaldo Carmona destacou que o Pix se tornou um instrumento de poder do Brasil, ampliando a soberania econômica e financeira do país.

“Ao aumentar a autonomia e a soberania do país, o Brasil pro-

move o comércio exterior bilateral com outros países em moedas nacionais, fugindo do arbitragem e da senhoriação [receita oriunda da emissão de moeda] do dólar”, comentou.

Carmona citou ainda o fato de o Banco Central ter acordos de cooperação técnica com 47 países para implementação de sistemas semelhantes ao Pix em outras nações, o que pode fragilizar ainda mais o controle de Washington sobre as transações financeiras em outras partes do mundo.

Sistemas de pagamentos nacionais, como o Pix, limitam a aplicação de sanções econômicas dos EUA contra instituições e indivíduos, “diferentemente do que ocorre com sistemas americanos”, explicou Ronaldo Carmona.

Isso porque os sistemas de pagamento com sede nos EUA costumam cumprir todas as sanções da Casa Branca.

Maicon Cláudio da Silva, professor de economia da UFRRJ, citou as sanções contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes e o bloqueio a Cuba como casos em que Washington projeta poder sobre países soberanos por meio de bloqueios financeiros.

“O avanço do bloqueio econômico dos EUA contra Cuba acabou levando a Visa e a Mastercard a deixar de operar na ilha. Ao controlar os meios de paga-

mento, os EUA podem, a qualquer momento, tomar algum tipo de sanção econômica contra países ou indivíduos”, explicou.

Em artigo publicado dias antes do anúncio do tarifaço contra o Brasil, a revista inglesa The Economist afirma que o Pix brasileiro, assim como outras iniciativas da União Europeia (UE), tem ameaçado a “supremacia” financeira dos EUA.

“A ascensão de sistemas ‘soberanos’, especialmente na Europa — uma grande fonte dos negócios internacionais da Visa e da Mastercard —, poderia corroer suas invejáveis margens operacionais de mais de 50%”, diz a revista especializada em finanças globais.

Recentemente, a UE anunciou o Euro Digital, sistema de pagamentos eletrônicos semelhante ao Pix, de acesso gratuito e público, com previsão de lançamento do projeto-piloto em 2027.

A presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, não escondeu que o objetivo é reduzir a dependência dos sistemas estrangeiros.

“Dependemos predominantemente das redes americanas, mas também, por vezes, das chinesas, para organizar os pagamentos. Precisamos de uma solução europeia porque queremos ser soberanos internamente”, afirmou ao portal Euronews. (Agência Brasil)

dos, hipermercados e feiras livres.

A portaria do MTE foi revogada no mesmo ano e as negociações entre representantes de governo, comércio e serviços, e trabalhadores começaram. A norma venceu em 1º de junho e a portaria de 2023 passou a valer, voltando a exigir negociações coletivas. Faltava, no entanto, a nova normativa, que deverá ser publicada nesta quarta-feira (22).

O novo texto estabelece que o trabalho no comércio aos feriados depende da autorização por convenção coletiva, conforme diz a lei 10.101, de 2000, mas libera o funcionamento para algumas categorias.

A nova portaria também prevê que as futuras inclusões ou exclusões de atividades com autorização permanente para o trabalho aos feriados deverão passar por consulta à comissão tripartite, com participação de representantes do governo, dos trabalhadores e dos empregadores. (Folhapress)

Leilão da rodovia Régis Bittencourt, que liga Curitiba a São Paulo, recebe três propostas

O governo federal recebeu propostas de Arteris, Motiva (ex-CCR) e EPR para o leilão da rodovia Régis Bittencourt (BR-116/PR/SP), segundo uma pessoa envolvida no certame.

O leilão está marcado para a próxima quinta-feira (23), na B3, a Bolsa de Valores de São Paulo.

Procuradas pela reportagem, Arteris e EPR não responderam sobre o assunto até a publicação deste texto. A Motiva confirmou participação no certame.

A concessão conecta Curitiba à capital paulista, em um trecho que corta 16 municípios e é rota essencial para o transporte de cargas e para o escoamento da produção agrícola e industrial das regiões Sul e Sudeste, incluindo grãos, produtos manufaturados e cargas gerais.

Com mais de 383 km de extensão, o projeto tem Capex (investimentos em obras) de R\$ 7,07 bilhões e Opex (custos de operação) de R\$ 4,06 bilhões.

A concessão faz parte dos contratos estressados, projetos antigos que fracassaram e tive-

ram de passar por repactuação.

Atualmente, a Régis Bittencourt é administrada pela Arteris, com um contrato firmado em fevereiro de 2008. A concessão teria, a princípio, uma duração de 25 anos. A estrada enfrenta problemas, principalmente em período chuvoso, devido à falta de investimentos.

O modelo de “leilão simplificado” (otimização) adotado pela gestão Lula prevê a oferta ao mercado de um contrato de concessão previamente acertado com uma companhia — neste caso, a Arteris. No entanto, se outra proponente oferecer um desconto maior sobre a tarifa, ou seja, uma proposta melhor, esse contrato pode trocar de dono.

Os interessados vão dar lances de deságio em relação à tarifa de pedágio.

Segundo a Arteris, o tráfego médio diário na rodovia supera os 29 mil veículos e é composto por uma movimentação expressiva de ônibus e caminhões, que representam cerca de 80% do volume total da estrada. (Folhapress)

Governo Lula define regras para trabalho em feriados no comércio

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) definiu as regras para o trabalho em feriados no comércio. Portaria com as normas será assinada na tarde da terça-feira (21), em cerimônia na sede do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) e publicada nesta quarta (22), no Diário Oficial. As medidas passam a valer imediatamente.

Após três anos de debate, Executivo federal e entidades do comércio e serviços chegaram a um acordo que determina a necessidade de negociação coletiva entre empresas e empregados — como era antes de 2021, com normas sobre o funcionamento e as folgas registradas em convenção coletiva de trabalho.

Há, no entanto, uma lista de categorias consideradas essenciais, que está liberada de negociar sem necessidade de negociação. Horários de trabalho e folgas, no entanto, devem respei-

tar o que diz a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Dentre as categorias estão farmácias, salões de beleza, comércio de gás de cozinha, postos de combustíveis e feiras livres. Ficaram de fora os supermercados, que não faziam parte de legislação anterior e queriam a liberação para trabalhar sem a necessidade de acordo.

Ivo Dall’Acqua, presidente da Fecomércio/SP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo), que participou ativamente das negociações, afirma que a portaria garante segurança jurídica às relações de trabalho, preservando a negociação coletiva como um instrumento de equilíbrio entre as partes, já que poderão negociar regras que não estão na CLT, desde que respeitadas a Constituição.

Desde a reforma trabalhista de 2017, o que é negociado entre trabalhadores e empresas vale mais

do que o que diz a lei. A norma foi considerada constitucional pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

“Os critérios estão mais claros para a organização das atividades aos feriados”, afirma Dall’Acqua.

Os debates entre governo e comércio e serviços começaram em 2023, após o MTE publicar a portaria 3.665, alterando as normas de 2021, que liberavam de forma permanente o trabalho em feriados para uma lista de setores sem necessidade de negociação com os trabalhadores, o que afetava em especial o comércio.

Pela medida, o trabalho nos feriados só poderia ocorrer se estiver previsto em convenção coletiva. A portaria 671, de 8 de novembro de 2021, do Ministério do Trabalho e Previdência, à época sob comando de Onyx Lorenzoni, liberava de forma irrestrita e permanente o trabalho em feriados e aos domingos para setores como o de supermer-

dos, hipermercados e feiras livres.

A portaria do MTE foi revogada no mesmo ano e as negociações entre representantes de governo, comércio e serviços, e trabalhadores começaram. A norma venceu em 1º de junho e a portaria de 2023 passou a valer, voltando a exigir negociações coletivas. Faltava, no entanto, a nova normativa, que deverá ser publicada nesta quarta-feira (22).

O novo texto estabelece que o trabalho no comércio aos feriados depende da autorização por convenção coletiva, conforme diz a lei 10.101, de 2000, mas libera o funcionamento para algumas categorias.

A nova portaria também prevê que as futuras inclusões ou exclusões de atividades com autorização permanente para o trabalho aos feriados deverão passar por consulta à comissão tripartite, com participação de representantes do governo, dos trabalhadores e dos empregadores. (Folhapress)

Advogado do Consumidor Cidadania & Economia

Conheça seus Direitos

Notícias de Última Hora: a moeda não é mais a verdade

Nicholas M. Merlone

Cristiano Ronaldo tem cerca de 677 milhões de seguidores no Instagram — mais que a população dos Estados Unidos e do Brasil somados. Obama tem 43 milhões; Trump, 44. Um ex-presidente e um presidente em exercício, somados, não chegam a um sétimo do que um jogador de futebol acumula sozinho. E o caso mais revelador nem é o de Ronaldo, que construiu isso em quinze anos: é o de Vozinha, goleiro reserva de Cabo Verde que tinha 50 mil seguidores antes da Copa e terminou o torneio com 25 milhões — mais que Iker Casillas, ídolo de carreira inteira —, só porque o narrador da CazéTV pediu ao vivo que a audiência o seguisse. Não foi mérito acumulado. Foi um comando de call-to-action que a internet obedeceu em tempo real.

Isso expõe a mecânica: a rede social não pesa relevância histórica, pesa galitão imediato. Um pedido carismático, um vídeo de vinte segundos, uma imagem que confirma o que a pessoa já acha — tudo isso converte mais rápido do que décadas de carreira ou anos de conteúdo bem apurado. Não é que o público piorou de gosto. É que a arquitetura da plataforma cobra menos esforço cognitivo de quem reage por impulso do que de quem escolhe por critério, e o sistema aprendeu a empilhar recompensa em cima do impulso.

O jornalismo sentiu isso primeiro, e sentiu como perda de moeda de troca. Cásper Libero, Boechat e Dan Rader operavam num modelo em que o erro tinha preço: o leitor pagava a cadeira da CBS por uma matéria mal apurada, e Boechat corrigia no ar porque a credibilidade era o único ativo que valia proteger. Hoje o cálculo se inverteu — o erro viraliza mais que o acerto, porque indignação é engajamento de graça, e ninguém cancela contrato por causa dela. Trocamos apuração por indignação, e debate de ideias por ataque a quem as defende: é mais barato, mais viral e não exige nenhum trabalho intelectual. O ad hominem virou modelo de negócio porque o algoritmo paga melhor por ele do que por argumento.

Ainda há esperança, com cautela. Cresce a migração para newsletters, grupos fechados e exclusivos e assinaturas de jornalismo independente — audiência que paga literalmente para escapar do feed. Níchos profissionais provam que profundidade tem mercado, desde que bem embalada em formato acessível. E a alfabetização midiática, ainda devagar, começa a virar pauta pública. O algoritmo não vai mudar sozinho — quem muda é quem aprende a distinguir estímulo de informação antes de compartilhá-la. A saída não é vencer o jogo do algoritmo, é jogá-lo sem entregar a alma para ele.

Nicholas Maciel Merlone - Advogado especialista em Direito do Consumidor com Escritórios Parceiros | Professor Universitário | Mestre em Direito | Articulista & Escritor. Instagram: @nicholasmerlone / Contato: nicholas.merlone@gmail.com



Ministério dos Transportes barra aumento milionário de estudos da Ferrogrão

A nova polêmica envolvendo o projeto da Ferrogrão passa, agora, pelo pagamento dos estudos que embasam o projeto ferroviário previsto para ligar o Mato Grosso ao Pará.

O Ministério dos Transportes e a ACU (Advocacia-Geral da União) decidiram rejeitar um pedido de reajuste feito pela EDLP (Estação da Luz Participações), autora dos estudos técnicos desde 2014 e procura comprovar a viabilidade da ferrovia planejada para ligar Sinop (MT) a Miratuba (PA), às margens do rio Tapajós. O projeto criaria um novo corredor para escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste pelos portos do Arco Norte.

O valor originalmente previsto para pagamento à empresa foi fixado em R\$ 33,8 milhões em 2016. Corrigido pela inflação, o preço chega a R\$ 58,2 milhões. A EDLP, porém, cobra R\$ 172,9 milhões. A empresa cita custos maiores após mais de uma década de idas e vindas, atualizações, mudanças de escopo do projeto e alterações em leis e normas do setor.

Em decisão do início do mês, o secretário nacional de Transporte Ferroviário do Ministério dos Transportes, Leonardo Cezar Ribeiro, determinou que a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) dê andamento ao processo de liberação do edital da ferrovia. O valor a ser utilizado para os estudos é de R\$ 58,17 milhões.

Com isso, o material pode ser enviado formalmente ao TCU

(Tribunal de Contas da União), para análise da corte e posterior publicação do edital. Uma comissão ainda poderá rever o valor futuramente, mas, até lá, a modelagem avançará sem incorporar a cobrança apresentada pela EDLP.

O projeto da Ferrogrão começou a ser estruturado em 2014, por meio de um Procedimento de Manifestação de Interesse. Nesse modelo, empresas privadas elaboram estudos técnicos que podem ser aproveitados pelo governo em futuras concessões. Assim, quem banca o ressarcimento é a empresa que vencer a licitação da ferrovia, não a União.

A EDLP foi a empresa escolhida para elaborar os estudos de demanda, engenharia, viabilidade econômica, modelagem jurídica e aspectos socioambientais da Ferrogrão.

O projeto ficou paralisado por anos devido a uma ação no STF (Supremo Tribunal Federal), que suspendeu o processo de licenciamento devido a questionamentos envolvendo o Parque Nacional do Jamanxim, no Pará. Ainda há resistência de organizações ambientais e indígenas; já o governo pretende leiloar o projeto em dezembro deste ano.

Em 2023, o governo retomou o plano e pediu atualização dos estudos técnicos. A empresa afirma que esse novo trabalho modificou profundamente o projeto. Por isso, cobra o ressarcimento muito superior ao originalmente aprovado.

O primeiro valor apresentado pela EDLP era de R\$ 283,8 mi-

lhões. Após discussões com o Ministério dos Transportes, a empresa passou a trabalhar com a cobrança de R\$ 172,9 milhões.

A Consultoria Jurídica da pasta analisou o pleito e concluiu que não haveria fundamento jurídico para ampliar o ressarcimento. Segundo a análise, a decisão de 2016 estabeleceu tanto o teto da indenização quanto a forma de atualização monetária pelo IPCA.

Na avaliação da AGU, as revisões feitas pela EDLP nos últimos anos ficaram dentro do escopo originalmente previsto. Elas faziam parte das obrigações assumidas pela empresa para manter os estudos atualizados até a licitação. Por isso, não gerariam automaticamente direito a remuneração adicional.

A reportagem, o presidente da empresa, Guilherme Quintella, disse que a companhia trabalha no projeto da Ferrogrão há mais de dez anos “sem utilizar um único real de recurso público” e que é a dona dos estudos. Ele afirma que os resultados só podem ser utilizados pelo governo se a empresa concordar com os valores de ressarcimento pelo projeto.

“Não vamos aceitar ser ressarcidos apenas pelo valor correspondente a dois anos de trabalho, os R\$ 58 milhões atualizados do valor publicados em 2016, referentes ao trabalho entregue em 2015 e 2016, simplesmente porque o Ministério dos Transportes afirma que a SNTF não tem competência para avaliar o relatório técnico que apresentamos sobre o que efetivamente inves-

timos no desenvolvimento do projeto”, disse Quintella.

“Quem vai nos ressarcir é o próprio projeto, através do futuro concessionário, vencedor do leilão. Não o governo brasileiro. O valor que estamos apresentando corresponde ao que efetivamente investimos. O projeto não é apenas a ideia de uma ferrovia, e sim um estudo profundo”, afirmou. Segundo ele, em dez anos o trabalho absorveu mais de 575 mil horas/homem de engenheiros, economistas e biólogos.

O executivo afirmou que “não faz sentido submeter ao TCU a análise de uma concessão sem que sequer exista segurança de que o projeto será efetivamente licitado e concedido”, apesar de ser este o plano do governo.

“As vezes fica a impressão de que o Ministério dos Transportes sempre encontra uma nova razão para impedir ou retardar o avanço da licitação da Ferrogrão. Isso ocorre, inclusive, na direção contrária à vontade manifestada pelo presidente Lula, que é licitar o projeto e colocar a Ferrogrão de pé”.

O ministro dos Transportes, George Santoro, disse à reportagem que a decisão foi tomada, mas sinalizou que ainda há espaço para ajustes. “A empresa apresentou novos documentos que, dentro do princípio do contraditório e da ampla defesa, serão ainda apreciados pela comissão responsável por esse tipo de demanda. Essa decisão final deverá acontecer até a próxima segunda-feira”, afirmou. (Folhapress)

Governo prepara distribuição de R\$ 13 bilhões de lucro do FGTS

TSE mantém limite de R\$ 133 milhões para gastos de campanha presidencial

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgou na terça-feira (21) o limite de gastos para os candidatos aos cargos em disputa nas eleições de outubro. Os recursos fazem parte do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), que vai distribuir R\$ 4,9 bilhões para os 30 partidos que vão participar do pleito.

Os candidatos à Presidência da República poderão gastar até R\$ 133 milhões, incluindo os dois turnos. O limite para o primeiro turno ficou em R\$ 88,9 milhões. Quem for disputar o segundo poderá gastar até R\$ 44,4 milhões.

Também foi definido o limite de gastos para os cargos de governador, senador, deputado distrital, federal e estadual.

Em São Paulo, maior colégio eleitoral, com 34 milhões de eleitores, os candidatos ao governo do estado poderão gastar R\$ 26,6 milhões no primeiro turno e R\$ 13,3 milhões no segundo.

Os valores não sofreram aumento e serão os mesmos fixados pelo TSE no pleito presidencial de 2022.

O limite para todos os cargos que serão disputados pode ser conferido no site do TSE.

Os gastos de campanha en-

volvem as despesas com contratações de serviços de viagens, gravações de vídeos, produção de comícios, entre outros.

Punição

O candidato que gastar acima do limite estabelecido pelo TSE poderá ser condenado ao pagamento de multa de até 100% sobre o valor excedente. Além disso, o candidato pode ser processado por abuso de poder econômico.

A checagem dos valores é feita por meio de prestações de contas que devem ser entregues obrigatoriamente pelos candidatos e partidos à Justiça Eleitoral ao longo da campanha.

Eleições

O primeiro turno será realizado no dia 4 de outubro, quando eleitores votaram em deputados federais, estaduais, distritais, governadores, senadores e o presidente da República.

O segundo turno está marcado para o dia 25 de outubro e pode ocorrer na disputa para os cargos de governador e presidente. Os eleitores voltarão às urnas se nenhum dos candidatos obtiver mais de 50% dos votos válidos, excluindo brancos e nulos, no primeiro turno.

(Agência Brasil)

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se prepara para distribuir R\$ 13,042 bilhões de lucro do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) aos trabalhadores. O dinheiro será depositado na conta vinculada do Fundo de Garantia. Tem direito aos valores titulares quem tinha saldo nesta conta em 31 de dezembro de 2023.

O montante ainda deverá ser aprovado pelo Conselho Curador do FGTS, cuja reunião está marcada para a próxima terça-feira (28). Segundo proposta obtida pela Folha, serão distribuídos 89% do resultado obtido em 2023.

No ano passado, o Fundo de Garantia teve lucro de cerca

de R\$ 14,6 bilhões, com receita total de R\$ 64,5 bilhões. Em 2024, o lucro foi R\$ 13,6 bilhões dos quais R\$ 12,92 bi foram distribuídos, o equivalente a 95%.

Por lei, os valores são depositados nas contas vinculadas até o dia 31 de agosto, mas esse repasse poderá ser antecipado, a depender do que será decidido na reunião do conselho. O montante é pago pela Caixa Econômica Federal, gestora do fundo, cujo controlador é o conselho, presidido pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho.

O percentual a ser distribuído segue regra definida pelo STF (Supremo Tribunal Federal), em julgamento de ação so-

bre a rentabilidade do fundo. Para o Supremo, a correção do FGTS, de 3% ao ano mais TR (Taxa Referencial) mais a distribuição dos lucros é constitucional, mas os trabalhadores não podem receber menos do que a inflação.

A rentabilidade das contas ficará em 6,90%, superando o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) em 2,53 pontos percentuais. Em 2023, a inflação oficial do país ficou em 4,26%. Ao todo, cerca de 138,2 milhões de trabalhadores com saldo na conta vinculada do FGTS em 31 de dezembro de 2023 serão beneficiados.

A distribuição de lucro do FGTS é feita desde 2017. Nos

últimos anos, as propostas do MTE para a distribuição do lucro têm sido aprovadas por unanimidade.

Em 2024, foram distribuídos R\$ 15,2 bilhões. O valor representou 65% do lucro total obtido em 2023, de R\$ 23,4 bilhões. O valor em real foi o maior já pago desde 2017. O maior percentual já distribuído foi de 99%, nos anos de 2022 e 2023.

Ao todo, a distribuição do lucro beneficiou titulares de 235 milhões de contas com saldo em 31 de dezembro de 2024. Com a distribuição, a rentabilidade do FGTS ficou em 6,05%, 1,16% acima da inflação medida pelo IPCA de 2024, de 4,83%. (Folhapress)

Dívidas com agências reguladoras disparam, e balcão único de negociação fracassa

negociados com o programa.

Já a dívida ativa tributária da União chegou a R\$ 1,2 trilhão ao fim de 2023 considerando os créditos de maior classificação, de acordo com o Tesouro Nacional. Nesta categoria, a possibilidade de recuperar é maior porque há bom histórico de pagamento e garantias sólidas na operação. O montante é 7,77% superior, nominalmente, em relação a 2024, quando totalizou R\$ 1,2 trilhão.

No ano passado, o governo passou a elaborar um decreto que previa a criação de um balcão único de negociação de passivos com a União. A intenção seria abranger, com um único negociador, tanto dívidas não tributárias, como as das agências reguladoras, como passivos tributários.

No caso dos tributos, a cobrança é feita pela PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional). Já as dívidas não tributárias são divididas: a PGBC (Procuradoria-Geral do Banco Central) é responsável pela cobrança na autoridade monetária, e a PGU (Procuradoria-Geral da União) pelas agências reguladoras.

Uma das intenções cogitadas na ocasião foi passar a atribuição de cobrança à PGFN, que tem expertise e índices altos de recuperação. No ano passado, por exemplo, o órgão bateu recorde

de recuperação de dívidas tributárias, com R\$ 66,1 bilhões.

Com o balcão único, a empresa poderia negociar de uma só vez, em um mesmo pacote, diversas dívidas, independentemente se tributárias ou não tributárias. A reportagem apurou, no entanto, que a intenção de criar um canal único de negociação não foi frente por resistência entre os órgãos da AGU em relação à transferência da responsabilidade à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Procuradas, a AGU e PGFN não comentaram.

Já que a intenção de instituir um negociador único não foi bem-sucedida, o governo trabalha na elaboração de uma plataforma digital que permita à empresa visualizar todas as dívidas e as selecione para pagamento. Ainda assim, caberá a cada órgão responsável dar aval.

O aumento do estoque das dívidas com as agências também causa um outro fator: ano após ano, a União aumenta os créditos que são considerados não recuperáveis, já que a cobrança judicial fica mais difícil com o passar dos anos. Do estoque de R\$ 135,1 bilhões do fim de 2023, por exemplo, somente R\$ 45,1 bilhões são considerados recuperáveis. Equivalente a pouco mais de 34%.

Enquanto o governo não consegue avançar para facilitar uma negociação conjunta das dívidas tributárias e não tributárias, tenta trabalhar em estratégias paralelas. No ano passado, a AGU lançou um programa que permite a negociação conjunta, mas somente entre as diferentes agências reguladoras.

Na avaliação de Alexandre Andrade, diretor da FI (Instituição Fiscal Independente), o aumento da dívida ativa é prejudicial e gera pressão sobre o planejamento fiscal da União.

Ele comentou que novos programas de renegociação, como o Desenrola das Agências, "podem criar um problema de risco moral". "Se agentes econômicos passam a esperar uma nova rodada de perdão, parcelamento facilitado ou abatimento no principal, a disciplina de pagamento pode piorar no futuro", falou.

Para Andrade, um maior índice de recuperabilidade poderia auxiliar o governo no cumprimento das metas fiscais. "Os dados acertaram uma piora na arrecadação potencial. A alta da dívida ativa sugere que mais créditos públicos ficaram sem pagamento no prazo, o que reduz a entrada de recursos que a União, agências ou autarquias esperavam receber", comentou. (Folhapress)

Governo deve incluir pessoa física em linha de crédito para compra de tratores, diz associação

O governo federal prometeu ao setor privado mudar as regras e destravar a linha de crédito de R\$ 14 bilhões anunciada em abril para financiar a aquisição de tratores e outras máquinas agrícolas.

A ideia é contornar uma proibição do estatuto da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), operadora da linha, para permitir a concessão de crédito a pessoas físicas - atualmente, o estatuto da empresa pública permite financiamentos reembolsáveis apenas para pessoas jurídicas.

O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) prometeu a mudança a representantes do Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos), durante reunião na terça-feira (21). "Ele nos garantiu que vai ser aprovado que a Finep possa financiar pessoa física", afirmou à reportagem o presidente-executivo da entidade, João Velloso.

A aprovação da medida caberia ao CMN (Conselho Monetário Nacional), órgão deliberativo que reúne o Banco Central, o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento. Há uma reunião extraordinária do conselho marcada para esta terça.

Procurado, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços não comentou.

A linha de crédito anunciada pelo governo nunca chegou a ser implementada por conta da restrição à participação de pessoas físicas, segundo Velloso, do Abimaq. "A notícia é boa, a última barreira deve ser retirada hoje". Essa restrição a pessoas físicas é vista como um entrave para a efetivação da linha, já que

muitos produtores rurais tomam crédito como pessoa física, não jurídica.

Alckmin anunciou a linha de crédito para aquisição de máquinas em abril, durante a Agrishow, feira agrícola promovida todo ano em Ribeirão Preto, no interior de São Paulo. "A gente imagina que em três semanas estará liberada, são R\$ 10 bilhões para financiar trator, implementos, colheitadeiras, enfim, toda a parte de máquinas agrícolas, pela própria Finep", afirmou o vice-presidente.

O programa demorou a sair, no entanto, por conta de impasses burocráticos. Como mostrou a Folha de S. Paulo, apenas em maio é que o conselho diretor do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) flexibilizou as regras de concessão do fundo.

Antes da mudança, as regras FNDCT só permitiam que até 25% dos recursos fossem operados por outras instituições financeiras que não a Finep. Os outros 75% deveriam ficar sob gestão da empresa pública.

A mudança foi aprovada em reunião do conselho diretor do FNDCT em 26 de maio, quase um mês após o primeiro anúncio da linha, e vale para valores relativos ao superávit financeiro (receitas arrecadadas pelo fundo, mas não aplicadas em anos anteriores).

Em junho, o vice-presidente anunciou um aumento no valor inicial da linha, que foi de R\$ 10 bilhões para R\$ 14 bilhões, com juro de 9,2% ao ano. No último dia 16, uma medida provisória abriu crédito extraordinário de R\$ 9 bilhões para aporte no FNDCT, para financiar a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas. (Folhapress)

O governo federal recebeu na terça-feira (21) alguns dos segmentos industriais afetados pela nova rodada de tarifas anunciadas pelos Estados Unidos contra o Brasil.

Estão previstas reuniões com associações do setor de máquinas e equipamentos, calçados, e pneus. O ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, e o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) participarão das conversas.

Na última quarta-feira (15), o governo Donald Trump anunciou um novo tarifado de 25% sobre uma ampla gama de setores industriais brasileiros. A medida atinge cerca de 18% das exportações aos Estados Unidos, ou algo como US\$ 74 bilhões (R\$ 38 bilhões) em mercadorias, segundo as contas do governo brasileiro.

Alguns setores sentiram a sobretaxa com mais força. É o caso do segmento da madeira, que verá 81% das exportações aos EUA atingidas pelas novas tarifas, segundo a CNI (Confederação Nacional da Indústria). A nova rodada também prejudicará 56% das exportações de minerais não metálicos, 51% das exportações de químicos e 38% das exportações de alimentos para os EUA.

Em reunião com Alckmin nesta terça, representantes da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos) defenderam mudanças no programa Brasil Soberano, que oferece linhas de crédito emergencial para os setores afetados.

A Abimaq sugere reduzir as taxas de juro, ampliar os segmentos elegíveis na indústria de máquinas e equipamentos e conce-

der isenção do IOF nas operações de crédito do programa, entre outras mudanças. O governo não sinaliza se vai aceitar a proposta.

Outros setores podem pedir barreiras comerciais contra produtos asiáticos. Como mostrou a Folha de S. Paulo, entidades setoriais defenderam junto ao Mdic, na semana passada, a imposição de cotas de importação de produtos asiáticos como "remédio" ao tarifário americano.

"Começamos a reunião [com representantes do governo Lula] falando sobre importação e não sobre o problema da reunião, que era o tarifário", afirmou Haroldo Ferreira, presidente da Abicalpa (Associação Brasileira das Indústrias de Calçados) ao C-Level Entrevista, da Folha de S. Paulo.

"Estamos numa mesa de negociação um pouco mais frágil", afirma, referindo-se às condições do Brasil de se livrar das novas tarifas, que têm base jurídica mais sólida do que aquelas derrubadas pela Suprema Corte em fevereiro.

Por isso, o dirigente avalia que o governo Lula pode aceitar o pedido de imposição de cotas feito, segundo ele, por representantes dos setores de pneus, móveis, madeira, rochas ornamentais e fumo.

As reuniões desta terça acontecem enquanto o Brasil aguarda, para essa semana, a decisão do governo dos EUA sobre uma possível nova rodada do tarifário, esta de 12,5% e com base em uma investigação sobre trabalho forçado. A nova tarifa deve substituir as sobretaxas de 10% com base na Seção 122, que expiram no fim de julho.

"O Brasil é vítima nesse processo, mas não é covarde. Nós

não vamos ficar amedrontados frente a uma potência, que realmente é importante, significativamente, e está nos causando dano.

Não vamos ceder", afirmou, em entrevista à Folha de S. Paulo na semana passada, o ministro Márcio Elias Rosa. (Folhapress)

ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

Howard do Brasil Administração e Participações Ltda.

CNPJ 04.640.950/0001-172 - NIRE 352117112489

Extrato para publicação

Howard do Brasil Administração e Participações Ltda. (Sociedade), com sede na Avenida Figueiras Filho, nº 252, conjunto 77, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, CEP 04340-000, CNPJ 04.640.950/0001-172, NIRE 352117112489, vem a público divulgar deliberação tomada em Reunião de Sócios, realizada em 21/07/2024, aprovando, nos termos do art. 1.082, inciso I, e 1.084 do Código Civil, a redução do capital social da Sociedade, no valor de R\$ 4.700.000,00, com cancelamento de 4.700.000 quotas, com extinção do capital ao sócio único Sérgio Leon Sachs, em moeda corrente nacional. Administrador: Sérgio Leon Sachs.

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 01/07/2024, na sede da Sociedade, **Presença:** Presidente: Natália Regina da Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Antônia Barreto Deliberações: Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revisão excessiva em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R\$ 41.700.000,00 para R\$ 30.000.000,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e presente a ata.

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 06/06/2024, na sede da Sociedade, **Presença:** Presidente: Natália Regina da Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Antônia Barreto Deliberações: Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revisão excessiva em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R\$ 281.298,00 para R\$ 281.298,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e presente a ata.

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 06/06/2024, na sede da Sociedade, **Presença:** Presidente: Natália Regina da Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Antônia Barreto Deliberações: Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revisão excessiva em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R\$ 281.298,00 para R\$ 281.298,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e presente a ata.

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 06/06/2024, na sede da Sociedade, **Presença:** Presidente: Natália Regina da Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Antônia Barreto Deliberações: Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revisão excessiva em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R\$ 281.298,00 para R\$ 281.298,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e presente a ata.

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 06/06/2024, na sede da Sociedade, **Presença:** Presidente: Natália Regina da Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Antônia Barreto Deliberações: Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revisão excessiva em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R\$ 281.298,00 para R\$ 281.298,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e presente a ata.

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 06/06/2024, na sede da Sociedade, **Presença:** Presidente: Natália Regina da Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Antônia Barreto Deliberações: Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revisão excessiva em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R\$ 281.298,00 para R\$ 281.298,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e presente a ata.

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 06/06/2024, na sede da Sociedade, **Presença:** Presidente: Natália Regina da Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Antônia Barreto Deliberações: Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revisão excessiva em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R\$ 281.298,00 para R\$ 281.298,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e presente a ata.

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 06/06/2024, na sede da Sociedade, **Presença:** Presidente: Natália Regina da Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Antônia Barreto Deliberações: Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revisão excessiva em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R\$ 281.298,00 para R\$ 281.298,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e presente a ata.

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 06/06/2024, na sede da Sociedade, **Presença:** Presidente: Natália Regina da Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Antônia Barreto Deliberações: Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revisão excessiva em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R\$ 281.298,00 para R\$ 281.298,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e presente a ata.

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 06/06/2024, na sede da Sociedade, **Presença:** Presidente: Natália Regina da Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Antônia Barreto Deliberações: Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revisão excessiva em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R\$ 281.298,00 para R\$ 281.298,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e presente a ata.

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 06/06/2024, na sede da Sociedade, **Presença:** Presidente: Natália Regina da Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Antônia Barreto Deliberações: Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revisão excessiva em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R\$ 281.298,00 para R\$ 281.298,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e presente a ata.

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 06/06/2024, na sede da Sociedade, **Presença:** Presidente: Natália Regina da Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Antônia Barreto Deliberações: Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revisão excessiva em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R\$ 281.298,00 para R\$ 281.298,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e presente a ata.

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 06/06/2024, na sede da Sociedade, **Presença:** Presidente: Natália Regina da Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Antônia Barreto Deliberações: Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revisão excessiva em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R\$ 281.298,00 para R\$ 281.298,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e presente a ata.

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 06/06/2024, na sede da Sociedade, **Presença:** Presidente: Natália Regina da Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Antônia Barreto Deliberações: Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revisão excessiva em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R\$ 281.298,00 para R\$ 281.298,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e presente a ata.

[illegible]

relações financeiras entre o evento social de 31/12/2015; **Antônio Chahim** as doçadeiras da não-propriedade de quotas sociais realizadas pelo sócio Antonio Chohiti Cruz em favor de Alex Roffi da Cruz e Anthony Chohiti Cruz, formalizadas por Escrituras Públicas e Registro em 29/12/2015 e 24/01/2016 e Tabelas de Notas de Crédito com o anuência da usufrutuária Iremenes Chahim Cruz, e (b) a aprovação a minuta de alteração e consolidação do contrato social da Sociedade para fins de assinatura e depósito na JUCESP. Nos termos do art. 1.078, §3º do Código Civil, serão enviados por e-mail em até 30 dias antes da realização da Reunião de Sócios, cópia das demonstrações financeiras e demais documentos pertinentes ao exercício social de 31/12/2015. **Antônio Chahim Cruz - Administrador.**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	
				Período de 19 de agosto de 2025 (Data da constituição da Companhia) a 31 de março de 2026	
Históricos	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total		\$1.03.2026
Saldo em março de 2025	—	—	—	Lucro Bruto	
Capital da Constituição	1	—	1	Despesas operacionais	
Aumento de capital	52.886	—	52.886	Gerais e administrativas	(60)
Prejuízo líquido	—	—	—	Equivalência patrimonial	(1.039)
do Exercício	—	(1.103)	(1.103)	Prejuízo operacional antes do	
Saldo em março de 2026	52.887	(1.103)	\$1.784	resultado financeiro	(1.099)
				Receitas financeiras	

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	Despesas financeiras	(14)
Período de 19 de agosto de 2025 (Data da constituição da Companhia) a 31 de março de 2026	Resultado financeiro	(1.103)
	Prejuízo antes dos impostos	(1.103)
Fluxo de caixa das atividades operacionais 31.03.2026	Impostos correntes	-
Prejuízo líquido do exercício (1.103)	Prejuízo líquido do exercício	(1.103)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício	Prejuízo por ação	(0,01)
Caixa líquido (aplicado nas)		
	Notas explicativas	

gerado pelas atividades operacionais:		às demonstrações financeiras em 31/03/2026
Equivalência patrimonial	1.039	1 - Contexto Operacional: A BRZ Brasília II (E)
Aumento (redução) do ativo e passivo operacionais:		Investimentos Imobiliários S.A. tem por objeto a
Adiantamentos	(1)	aquisição e venda de imóveis, locação de imóveis próprios,
Fornecedores	6	incorporação de imóveis e loteamentos de terrenos,
(=) Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas)		exercício das atividades incidentais ou acessórias as
atividades operacionais	(59)	anteriores, e participação em outras sociedades simples

Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Investimentos em controladas	(940)
(=) Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(940)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Aumento de capital	1.003
(=) Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas)	

atividades de financiamentos	1.003	Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.
Aumento/Redução no caixa e equivalentes no período	4	São Paulo, 24 de junho de 2026.
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	Diretoria
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	Mariane Lima Sousa do Vale
		Contadora

Aumento/Redução no caixa e equivalentes no período 4

CRC 1312362239/2-5
Luís Carlos Martins Ferreira
Administrador

EDITAL (DIJEN) Nº 610013794131 Edital de Leilões Eletrônicos de Bem Imóvel e para Intimação da executada Therezinha Marchetti Baumann (CPF 010.679.688-73), da Prefeitura do Município de São Paulo (CNPJ 46.395.000/0001-39) além de eventuais outros descobertos, e, por fim, do exequente Condomínio Edifício

fício Lacadive (CNPJ 59.587.501/0001-69), na(s) pessoa(s) de seu(s) representante(s) legal(is) expedido nos autos da Execução de Título Extrajudicial nº 1036093-39.2023.8.26.0001. A Dra. Cinara Palhares, MM Juíza de Direito da 03ª Vara Civil do Foro Regional de Santa Comarca da Comarca de São Paulo, na forma da lei, faz saber que por meio do sistema gestor de leilões eletrônicos Casa Reis Leilões, de titularidade do leiloeiro oficial Eduardo dos Reis (Juçesp nº 748), levará às hastas públicas o Bem ao final descrito. O 1º. (Primeiro) Leilão terá início dia 18 (dezoito) de Agosto de 2026, 12:00:00 horas e término dia 21 (vinte e um) de Agosto de 2026,

12:00:00 horas, oportunidade em que o Bem será entregue a quem mais der acima do valor da avaliação atualizada. O 2º [Segundo] Leilão, caso não haja licitantes em primeira apreção, terá início dia 21 (vinte e um) de Agosto de 2026, 12:01:00 horas e término dia 10 (dez) de Setembro de 2026, 12:00:00 horas, ocasião em que o Bem será entregue a quem mais der, rejeitados lances inferiores ao equivalente a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação atualizada do respectivo lote, afastado com isto o preço vil [art. 885 e parágrafo único do art. 891 do CPC/2015]. Hospedagem das Hastas Públicas. <https://www.casareilacoes.com.br/lotes/opportunidades/26742/>

CP-2015/19, no estado de conservação em que se encontra, em caráter "ad corpus", sendo que as áreas mencionadas são meramente enunciativas e repetitivas das dimensões constantes dos registros imobiliários, não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento de preço ou complemento de área, por eventual divergência entre o que constar da descrição do imóvel e a realidade existente. Pagamentos. O preço da arrematação é composto pelo valor do lance vencedor e a comissão do leiloeiro oficial. O valor do lance vencedor será pago à vista ou parcelado em até 03 (três) vezes, com pelo menos 40% (quarenta e quatro) por cento à vista.

ta por cento) no ato e à vista. art. 892 do CPC/2015, por meio de depósito judicial e sob pena de desfazimento da arrematação. No caso de parcelamento o saldo deverá ser liquidado por meio de 02 (duas) parcelas mensais e consecutivas, cada uma delas em valor equivalente a 30% (trinta por cento) do valor vencedor acrescido de correção monetária pela tabela prática do IE. TJSP, vencendo-se no mesmo dia dos meses seguintes, ou seja, dia 10 (dez) de mês. Os lances para pagamento à vista do preço serão formulados eletronicamente, na sala de hospedagem das hastas públicas e o interessado em formular lances deverá estar previamente cadastrado no

sistema gestor e habilitado para as hastas públicas de seu interesse. Após cadastro e aprovação, a solicitação de habilitação para participar das hastas públicas será formulada na sala de hospedagem dos respectivos leilões, bastando clicar no botão "Habilitar-se" ali disponível. As propostas para pagamento parcelado do preço devem respeitar os parâmetros do art. 895 do CPC e ser apresentadas de maneira eletrônica também na sala de hospedagem dos leilões, em ambiente exclusivo e distinto daquele para captação de ofertas para pagamento à vista do preço. Para formular proposta para pagamento parcelado do preço o usuário deverá estar cadastrado no sistema gestor e habilitado para as hastas públicas de interesse, assim como não para apresentação de lances.

para pagamento à vista. Cada uma das parcelas do preço será acrescida de correção monetária calculada a partir da data da arrematação até o dia do pagamento e com base na tabela prática do E. TJSP para cálculos judiciais. A captação de propostas para pagamento ocorrerá até o exato momento da captação do primeiro lance para pagamento à vista. O lance para liquidação à vista do preço sempre prevalecerá sobre propostas de pagamento parcelado, nos termos do § 7º do art. 895 do CPC. A comissão devida ao leiloeiro oficial será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação e correrá por conta do arrematante, cf. parágrafo único do art. 884

do CPC, e será paga no ato da arrematação, sob pena de desfalçamento, por meio de depósito endereçado para conta corrente em instituição bancária a ser indicada pelo sistema gestor na ocasião a aquisição judicial. A comissão devida ao leiloeiro oficial titular do sistema gestor judicial não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por razões alheias à vontade do arrematante e mediante determinação judicial. Penalties. Decorridos o prazo sem que o arrematante tenha realizado os pagamentos, o licitante que tiver apresentado o segundo maior lance ou proposta será considerado desclassificado e não poderá participar de futuras licitações.

consultado sobre interesse no prosseguimento da aquisição, nos termos do respectivo Edital de Atas Públicas, bem como instruído para pagamentos. Decorridos o prazo sem que a(o) arrematante tenha realizado os pagamentos, tal informação será encaminhada ao MM Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis. O não pagamento do preço da aquisição, de seu complemento e/ou da comissão do leiloeiro oficial implicará ao ofertante remissão a perda da caução inicial em favor do exequente e a perda da comissão em favor do leiloeiro oficial, conforme o artigo 897 do Código de Processo Civil, com a aplicação para o adquirente remissão do previsto pelos artigos 335 e 358 do Código Penal. Nos termos do artigo 26 da Resolução 236/2016

do Conselho Nacional de Justiça e do artigo 270 das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, não sendo efetuados os depósitos em pagamento do preço da arrematação, o leiloeiro público comunicará imediatamente o fato ao Juízo, informando também os lances imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do juiz. Na hipótese de não pagamento do preço da aquisição, de seu complemento e/ou da comissão do leiloeiro oficial serão informados do ocorrido a Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo; o Office da Portaria dos Auditórios e das Hastas Públicas deste Foro Central da Comarca

da São Paulo; e a Promotoria de Justiça Cível do Ministério Público do Estado de São Paulo, para a adoção das medidas legais cabíveis face o arrematante remisso. **Lote em Hastas Públicas.** 01 (um) Apartamento sob nº 11 (tipo 1), localizado no 1º andar ou 2º pavimento do Condomínio Edifício Laccadive, situado a Rua Pontins nº 49, no 8º Subdistrito - Santana, da cidade de São Paulo, com a área privativa de 75,3350 metros quadrados, área comum de 21,0976 metros quadrados, área comum na garagem coletiva com direito a 1 automóvel de passeio de 24,2636 metros quadrados, perfazendo a área total de 120,6962 metros quadrados, correspondendo-lhe a fração ideal no terreno e coisas comuns do condomínio de 3,2805%. Matrícula nº 50.721 do 038 Car.

tório de Registro de Imóveis de São Paulo. Inscrição Municipal nº: 072.071.0191-0. Matrícula. Imóvel havido por Therezinha Marchetti Baumann (CPF 010.679.688-73), enquanto separam judicialmente (R. 01); penhora oriunda desta Execução de Título Extrajudicial nº 1036093-39/2023.8.26.0001 (Aç. 02). **Posse**, A.S. Perita informou que por ocasião da avaliação, em março de 2026, "foi recebida pelo filho da requerida Sr. Carlos, que informou que sua mãe não reside mais no local" - Evento 81. De acordo com o exequente, "há informações de que o apartamento nº 11 está locado a terceiro por contrato residencial com vigência de 30 meses, início em

19/02/2026 e término previsto para 19/08/2028, com aluguel mensal inicial de R\$ 2.300,00, aluguel estabelecido pela plataforma Quinto Andar® - Evento 93. Não há nos autos, todavia, cópia deste contrato de locação tampouco informações acerca do nome e qualificação do locatário e atual ocupante. **Débitos Tributários.** Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Imobiliários expedida em 16 de julho de 2025 atesta a inexistência de débitos de IPTU. Imóvel sem valor a pagar para o IPTU de 2026. **Débitos de Condomínio.** Trata-se de Execução de Título Extrajudicial para cobrança de cotas condominiais e demais encargos devidos pela unidade 11 do Condomínio Edifício "Aurora" nº 22.070-0/2010, inscrita no CNPJ nº 08.546.685/0001-05, por valor de R\$ 2.200,00.

Edição Especial Laccavone, de maio de 2022. O valor executado era de R\$ 56.104,67 em março de 2026 – Evento 88. **Atualização.** Valor Original: R\$ 600.000,00 em mar/2026. Valor Atualizado: R\$ 614.331,58 em jun/2026. **Crédito Executado.** O valor executado era de R\$ 56.104,67 em março de 2026 – Evento 88. **Dispositivos legais.** Além de cada um dos dispositivos legais acima citados, serão aplicados na alienação em voga o parágrafo único do artigo 130 do Código Tributário Nacional, para fins de sub-rogação dos débitos tributários de caráter propter rem sobre o produto da arrematação, se o caso; os artigos 1499 a 1501 do Código Civil, para fins de levantamento da hipoteca, se o caso; além de quaisquer outras normas e dispositivos legais cujo MM julze exequível.

proprietário entende pertinentes e cabíveis. **Do Cancelamento ou Suspensão das Hastas Públicas.** Nos termos do Art. 7º, § 3º da Resolução nº 236 do CNI, caso as hastas públicas vierem a ser canceladas ou suspensas após a publicação do edital, especialmente em razão de acordo entre as partes ou pagamento da dívida, será devido o reembolso das despesas suportadas pelo leiloeiro, as quais deverão ser pagas pela parte requerida ou aquela que der causa ao cancelamento. **Recursos.** Dos autos não se verificará recurso pendente de julgamento. **Informações e Observações Finais.** A r. decisão objeto do Evento 95 determinou que o pagamento deverá ser feito

até 3 parcelas, depositando-se a primeira no valor de 40%, em até 24 horas após ter sido declarado vencedor pelo leiloeiro, e as demais de 30% em 30 e 60 dias. (...) Em caso de remissão, o executado deverá depositar inclusive o valor da comissão do leiloeiro, para que seja reembolsado ao arrematante. (...) O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, e os débitos de condomínio (que possuem natureza propter rem), os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação." Corroído por conta do arrematante todos os encargos e despesas necessários para a transmissão da propriedade dos imóveis incluídos.

o pagamento de ITBI Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, laudêmio, alforamento, tarifas, emolumentos, registros e averbações cartorárias, extração de certidões e demais documentos; bem como as despesas necessárias para a desocupação dos imóveis e a efetiva imissão na posse. Intimações. Pelo presente edital ficam intimados das designações e dos termos supra, na hipótese de não localizados para intimações pessoais, Therezinha Marchitti Baumann, (CPF 010.679.688-73), a Prefeitura do Município de São Paulo (CNPJ 46.395.000/0001-39), além de eventuais ocupantes desconhecidos, e, por fim, o(s) exequente(s) Condomínio

Edifício Laccadive (CNPJ 59.587.501/0001-69), na(s) pessoa(s) de seu(s) representante(s) legal(is). E para que produza seus efeitos de direito, será o presente edital afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de julho de 2026.

Brasil terá 158,7 milhões de eleitores aptos a votar em outubro

Brasil envia 690 mil doses de vacinas em ajuda à Venezuela



O Brasil enviou, na segunda-feira (20), mais 4,5 toneladas de vacinas para a Venezuela, que sofreu terremotos no mês passado.

De acordo com o Ministério da Saúde, no total, são 690 mil doses doadas, sendo 48 mil da BCG, 102 mil da triplice viral (contra o sarampo, caxumba e rubéola) e 540 mil da pentavalente. As vacinas estão sendo levadas pela Força Aérea Brasileira (FAB).

O governo brasileiro já destinou aproximadamente 16,5 toneladas de medicamentos e insumos estratégicos, como antibióticos, analgésicos, anti-inflamatórios, soluções injetáveis, seringas, luvas, máscaras,

gazes, ataduras, dispositivos para infusão e outros materiais hospitalares, como ajuda humanitária aos venezuelanos.

Terremotos

Os terremotos que atingiram a Venezuela no final de junho já deixaram 4.829 mortos e mais de 16 mil feridos. Quase 18 mil pessoas estão sem casa, e mais de 128 mil famílias receberam algum tipo de atendimento.

O drama vivido no país vizinho motivou a solidariedade mundo afora. Além do Brasil, países como Estados Unidos, China, México e Reino Unido enviaram equipes de resgate, equipamentos, remédios e alimentos. (Agência Brasil)

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) informou na segunda-feira (20) que 158.745.463 eleitores estarão aptos a exercer o direito de votar nas eleições presidenciais de outubro.

A Justiça Eleitoral registrou crescimento de 2.291.452 (1,46%) eleitores em relação ao pleito de 2022.

Datas

O primeiro turno será realizado no dia 4 de outubro, quando serão eleitos deputados federais, estaduais, distritais, governadores, senadores e o presidente da República.

O segundo turno está marcado para o dia 25 e pode ocorrer na disputa para os cargos de governador e presidente. Os eleitores voltarão às urnas se nenhum dos candidatos obtiver mais de 50% dos votos válidos, excluindo brancos e nulos, no primeiro turno.

Mais eleitores no Norte

De acordo com dados do TSE, a Região Norte do país ganhou o maior número de eleitores em relação ao último pleito presidencial. Houve aumento de 548.944 eleitores, número que representou alta de 4,37% no eleitorado regional. Em 2022, 12.560.410 pessoas



estavam aptas a votar. Neste ano, serão 13.109.354.

Exterior

O eleitorado no exterior apresentou aumento de 31,82%. O número de brasileiros que vive fora do país passou de 697.078 para 918.876 pessoas. Quem está no exterior só pode votar para presidente da República.

Mulheres

De acordo com o TSE, o número de mulheres aptas a votar permaneceu no mesmo patamar em relação ao pleito de 2022, quando foram registradas 82.373.164 mulheres (52,65%)

no cadastro eleitoral. Neste ano, as mulheres somam 83.877.126 (52,84%).

Diversidade

Após as eleições de 2022, a Justiça Eleitoral passou a exigir o preenchimento de dados sobre raça e cor no cadastro eleitoral. Com isso, todas as categorias apresentaram alta.

O eleitorado pardo passou de 8.503.206 (2024) para 16.945.954 (2026), e o de pretos saiu 1.808.529 para 3.586.952. Os indígenas passaram de 155.661 para 287.157, representando alta de 84,47%. Pessoas autodeclaradas brancas saltaram de

5.292.130 para 11.691.204.

Idade

Conforme os dados do TSE, a principal faixa etária do eleitorado está no grupo de 40 a 44 anos, composto por 15.994.390 (10,8% do total).

Em seguida, estão as seguintes faixas etárias: 45 a 49 anos (15.271.754); 35 a 39 anos (15.262.815); 30 a 34 anos (15.178.204) e 25 a 29 anos (14.990.259).

Idosos

Também foi registrado crescimento de 4.566.099 eleitores na faixa com mais de 60 anos. O crescimento demonstrou que a participação dos eleitores idosos nas eleições subiu de 21,02% para 23,60% do total.

Jovens

Por fim, os dados do TSE apontaram a queda de eleitores na faixa entre 21 a 34 anos. O número passou de 43.819.788 para 41.037.601. A participação no total caiu de 28,01% para 25,85%.

Na faixa de 18 anos ou menos, houve queda de 606.468 eleitores. Nas eleições de 2022, 4.177.627 estavam aptos a votar. Em outubro, serão 3.571.159 de pessoas nessa faixa. (Agência Brasil)

Governo nomeia 500 aprovados no CNU para carreiras transversais



O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos nomeou 500 aprovados na segunda edição do Concurso Público Nacional Unificado (CNU 2) para dois cargos de nível superior.

Para o cargo de Analista Técnico de Justiça e Defesa (ATJD) foram 250 e as demais 250 nomeações são para a carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico (ATDS). Todos estarão lotados no Ministério da Gestão, e vão exercer as atividades de forma descentralizada em órgãos da administração pública federal direta.

As nomeações dos aprovados no Enem dos Concursos foram publicadas em edição extra do Diário Oficial da União da segunda-feira (20).

Os dois cargos foram criados em 2025 pela Lei nº 15.141/2025 e integram as carreiras transversais da administração pública federal, o que, na prática, permite que os servidores sejam alocados entre diferentes ministérios e secretarias, conforme as demandas do governo do Brasil.

Posse

Os nomeados devem observar as orientações e os procedimentos para posse estabelecidos na Portaria de Pessoal 8.453/2026, do Ministério da Gestão.

A documentação obrigatória para a posse está disponível no Portal do Servidor.

Os documentos devem ser apresentados por meio da plataforma digital SouGov.br, conforme as orientações constantes no Manual do Ingressante.

Inspecção médica

Para a inspecção médica oficial, os nomeados deverão, antes, providenciar, por conta própria, os exames médicos admissionais previstos na portaria. Entre eles, estão: hemograma completo com plaquetas; tipagem sanguínea ABO e fator RH; glicemia de jejum; creatinina; lipídeo (colesterol total e triglicérides); EAS, popularmente chamado de exame de urina, entre outros.

Nessa inspecção médica, será emitido o Atestado Declaratório de Aptidão ou Inaptidão Física e

Mental, documento obrigatório para a posse do futuro servidor.

Profissionalização

Após a posse e o início do exercício das atividades, os novos servidores das duas carreiras deverão participar do Programa de Profissionalização para as Carreiras de Desenvolvimento de Políticas de Justiça e Defesa e de Desenvolvimento Socioeconômico (Procar), da Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

A matrícula deve ser feita de forma online diretamente no portal oficial da Enap entre os dias 3 e 14 de agosto.

A profissionalização dos servidores recém-empossados terá início em 18 de agosto e o término está previsto para 23 de outubro.

O programa tem nível de pós-graduação lato sensu, com carga horária mínima de 360 horas, e será exclusivamente na modalidade presencial.

A participação no programa é requisito para aprovação no estágio probatório.

CNU 2

A segunda edição do Concurso Público Nacional Unificado ofertou 3.652 vagas distribuídas em 32 órgãos federais. Os cargos públicos foram agrupados em nove blocos temáticos. Os cargos de cada bloco puderam ser escolhidos conforme a ordem de preferência indicada no momento da inscrição do candidato.

Do total, 3.144 vagas foram destinadas a cargos de nível superior e 508 a cargos de nível intermediário.

Conforme previsto em lei federal, o concurso unificado fez reserva de vagas a pessoas negras, pessoas com deficiência (PCD), indígenas e quilombolas.

Nesse processo seletivo, o Ministério da Gestão ainda adotou o mecanismo de equiparação de gênero, com o objetivo de garantir que o número de mulheres aprovadas para a fase discursiva do certame fosse proporcional ao de candidatos homens.

A medida inédita resultou na participação de mais de 24 mil mulheres, cerca de 57% dos convocados, nas provas. (Agência Brasil)

Os candidatos pré-selecionados na primeira chamada do Programa Universidade para Todos (Prouni) para o segundo semestre de 2026 devem, até sexta-feira (24), entregar à instituição privada de ensino superior para a qual foram pré-selecionados a documentação que comprove as informações prestadas no ato de inscrição.

Os candidatos podem conferir se constam na lista da primeira chamada, divulgada pelo Ministério da Educação (MEC) na última semana, diretamente no Portal Único de Acesso ao Ensino Superior, na parte do Prouni.

A documentação comprobatória exigida está descrita no edital do processo seletivo.

A entrega poderá ser feita presencialmente na respectiva faculdade privada ou encaminhada por meio virtual/e eletrônico. A instituição deverá emitir documento de comprovação de entrega da documentação ao recebê-la do candidato.

A instituição ainda poderá solicitar documentos complementares, quando necessário.

O programa federal oferece bolsas de estudo integrais, que

cobrem 100% do valor da mensalidade, ou parciais, de 50%, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior.

Neste segundo semestre, o programa oferece 471.304 bolsas de estudos parciais e integrais em 380 cursos de graduação de 879 instituições privadas de ensino superior.

Do total de bolsas ofertadas, 219.725 foram integrais e 251.579 parciais.

O programa reserva vagas a candidatos que atendam aos critérios da política de ações afirmativas do programa, incluindo pessoas com deficiência e candidatos autodeclarados indígenas, pretos ou pardos.

Para pessoas com deficiência foram ofertadas 35.365 bolsas de estudos. Para pretos, pardos e indígenas foram 188.880 e para a ampla concorrência, 247.059.

Os candidatos que não foram convocados na primeira chamada do Prouni deste segundo semestre ainda poderão participar da segunda chamada ou manifestar interesse na lista de espera.

Após as duas chamadas,



Sancionado na segunda-feira (20), o Projeto de Lei nº 2583/20 pretende garantir a autonomia do Brasil na produção de medicamentos, vacinas, equipamentos e insumos médicos, fortalecendo a soberania nacional, inclusive para lidar com eventuais emergências em saúde pública. O PL institui a Estratégia Nacional do Complexo Econômico-Industrial da Saúde.

O projeto foi aprovado recentemente pelo Congresso Nacional. Entre as justificativas apresentadas durante a tramitação da matéria no Legislativo está a de ajudar o país a ter condições de executar "ações e serviços de saúde, incentivando a geração de empregos qualificados e a inovação, e reduzir a dependência tecnológica e produtiva do exterior".

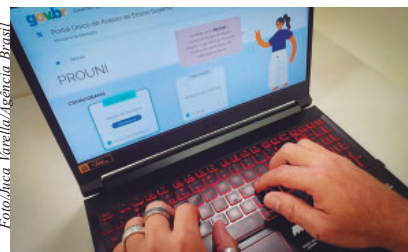
Além de criar instrumentos de estímulo à produção nacional em saúde, a nova lei estabelece re-

gras para compras públicas, financiamento e regulação de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Por meio das compras públicas, pretende estimular a fabricação local de produtos considerados estratégicos para o SUS. Para isso, cria a figura das Empresas Estratégicas de Saúde (EES), que poderão receber prioridade em processos regulatórios, acesso facilitado a linhas de crédito do BNDES e outros incentivos.

Para se enquadrarem nessa classificação, as empresas precisam cumprir requisitos relacionados à produção, pesquisa e inovação no país.

Presidente da Farmabrazil, associação que reúne as principais empresas da indústria farmacêutica brasileira, Reginaldo Arcuri disse que a nova legislação será essencial para o país e que seu se-



aqueles que não forem pré-selecionados, ou que tiverem a inscrição indeferida por não formação de turma, poderão disputar as bolsas eventualmente não preenchidas, conforme os critérios estabelecidos no edital.

Os estudantes contemplados com bolsa parcial também podem usar o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para complementar o pagamento da mensalidade, desde que o curso e a instituição de ensino ofereçam essa possibilidade.

O Ministério da Educação (MEC) estabeleceu o seguin-

te cronograma para as próximas etapas do Prouni/2026:

comprovação das informações da inscrição dos pré-selecionados na primeira chamada: de 15 a 24 de julho; resultado da segunda chamada: 5 de agosto; comprovação das informações da inscrição dos pré-selecionados na segunda chamada: 5 a 14 de agosto; lista de espera: 16 e 27 de agosto; resultado da lista de espera: 1º de setembro; comprovação das informações da inscrição dos pré-selecionados em lista de espera: 1º a 14 de setembro. (Agência Brasil)

Lei cria política para fortalecer indústria da saúde

tor estará engajado no compromisso de desenvolver medicamentos cada vez mais inovadores.

Na avaliação do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, as novas regras vão favorecer a soberania brasileira. Segundo ele, durante os debates no Legislativo o projeto se mostrou "inspirado em outros projetos que visavam a proteção de setores estratégicos, como foi o caso da Defesa".

A estratégia nacional terá como diretrizes:

- Fortalecimento do SUS;
- garantia de acesso a tecnologias de saúde;
- capacitação de recursos humanos;
- prevenção e combate a epidemias;
- incentivo à produção nacional de medicamentos e dispositivos médicos;
- inserção internacional de empresas estratégicas brasileiras;
- uso do poder de compra do Estado para estimular a produção local.

Os objetivos incluem:

- reduzir as dependências produtiva e tecnológica do SUS;
- ampliar o acesso universal à saúde;
- impulsionar a pesquisa e a inovação;
- modernizar o parque industrial da saúde;
- alcançar autossuficiência na cadeia produtiva;
- estimular investimentos; e

preparar o sistema para emergências de saúde pública.

Empresas que desejarem se qualificar como Empresa Estratégica de Saúde (EES) deverão atender a condições mínimas, como:

- terem como finalidade social atividades produtivas, de pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico, além do desenvolvimento de parque industrial voltado ao planejamento estratégico em saúde; dispor, no país, de instalação industrial para fabricação de "produto estratégico de saúde" (PES); apresentarem histórico de atividade produtiva e de inovação; e terem capacidade de assegurar continuidade e expansão produtiva no Brasil.

Segundo o ministro da saúde, Alexandre Padilha, apenas três vetos foram feitos ao projeto. Nenhum de grande relevância. Um deles, tem o propósito de adequar o texto final às regras de taxaço que já existem no âmbito do Mercosul.

O outro veto, que Padilha disse "lamentar ter de fazer", prevê algumas contrapartidas tecnológicas que ficarão a cargo das empresas para a importação de produtos. "Isso poderia atrair investimentos", argumentou o ministro.

O terceiro veto está relacionado a critérios previstos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para autorizar a comercialização de alguns medicamentos. (Agência Brasil)